

Ensino bilíngue em Moçambique: entrevista com Professor Doutor Feliciano Chimbutane

 Silvestre Filipe Gomes¹

¹ Instituto Superior de Ciências de Educação de Cabinda. Departamento de Ensino e Investigação em Instrução Primária e Educação de Infância. Bairro Cabassango, Estrada Nacional 110, Cabinda, Angola.

Autor para correspondência/Author for correspondence: silvestrefilipeg@gmail.com

Entrevistador: Silvestre Filipe Gomes (Autor)

Entrevistado: Professor Doutor Feliciano Chimbutane¹

Autor – A África está querendo rebuscar as suas raízes, a sua cultura e as suas tradições. Um dos sinais é a revitalização das línguas. Qual é a opinião do Professor sobre os desafios da implementação eficaz de uma Educação Bilíngue em África?

Feliciano Chimbutane – Acho que um dos constrangimentos mais fortes está ligado ao legado colonial, que sempre privilegiou as línguas ocidentais, português, francês, inglês, espanhol. E esse legado colonial, simplesmente, depois de sessenta anos – que já passam desde que os países africanos começaram a ascender às independências –, ainda não conseguimos livrarmo-nos disso. Apesar de alguns esforços que têm sido desenvolvidos, o peso da língua portuguesa ainda é muito forte, em Moçambique, em Angola; da língua inglesa, nos países das ex-colônias inglesas; e do francês nas ex-colônias francesas e belgas; de tal ordem que, as pessoas ainda preferem que a educação continue sendo ministrada nessas línguas, porque são línguas de mobilidade social. Apesar dos esforços que estão sendo feitos em relação às nossas línguas, elas ainda não conseguiram ser línguas de mobilidade social, por não serem línguas de Estado. As línguas oficiais, na maior parte dos Estados, continuam a ser as línguas coloniais; então, esse é o principal desafio.

O fracasso das línguas africanas advém da competição desigual com as línguas europeias. Por isso, há fracassos, hesitações da Educação Bilíngue! Porque, quer os pais,

encarregados de educação, quer aqueles que foram educados no sistema em que eram as línguas coloniais as únicas de ensino, ainda não acreditam que o Ensino Bilíngue seja uma das soluções para a qualidade da educação.

Autor – Professor, Amilcar Cabral dizia que as línguas africanas ainda não tinham atingido um estatuto de língua para ciência. Qual é a visão que tem, em relação a isso, de acordo com o contexto atual?

Feliciano Chimbutane: Essa é uma discussão do século passado, em relação à capacidade de as línguas africanas serem veículo da ciência. Hoje já não se coloca muito. Mesmo que algumas pessoas ainda acreditem que certas línguas estão mais preparadas para a ciência, a prática, mesmo em África, já mostrou que qualquer língua pode ser veículo para a ciência, desde que haja planificação, desenvolvimento do *corpus* para servir esse novo interesse. A língua nunca pode estar adaptada a uma nova realidade quando não é usada para aquela realidade. No caso de Moçambique, até pouco tempo, em dois mil e três, antes da introdução do Ensino Bilíngue, as línguas locais eram usadas basicamente no meio familiar e, também, no meio religioso; e porque eram usadas no meio religioso, não havia nenhum aspecto da religião que a língua não vinculasse, porque as línguas eram usadas. A partir da altura em que elas começaram a ser usadas no ensino, começou a ser desenvolvida a terminologia adequada ao campo de ensino. E hoje, em Moçambique, tem muita coisa a fazer. Já há mini-dicionários, dicionários e algumas gramáticas. Já há muitos estudos sobre as línguas africanas, mercê da sua utilização no ensino. Então, a partir da altura em que as línguas são usadas no ensino, aqueles que as usam, nesse campo, procuram as formas de desenvolvê-las; mas isso precisa, claro, não só de apoio das instituições da sociedade civil como do próprio Estado. O Estado deve estar comprometido com o desenvolvimento das línguas, de modos a serem usadas em contextos mais amplos, não só no informal, no familiar, no ético, mas também para os campos em que são usadas a língua portuguesa e a língua inglesa.

Autor – No caso concreto de Moçambique/ qual é o esforço que o Estado tem feito para a revitalização das línguas moçambicanas?

Feliciano Chimbutane – O Estado tem trabalhado para a revitalização das línguas, posto que a própria decisão de introduzi-las no Sistema de Ensino já é um passo importante, como disse; porque elas estão no ensino por decisão do Estado. É verdade que com o envolvimento, com a pressão da sociedade civil, o Estado tomou a decisão de introduzir as línguas

moçambicanas na educação; e isso já é uma forma de revitalizar, de promover as línguas africanas. Também, o Estado, através da universidade Eduardo Mondlane, introduziu um curso das línguas bantu, no Ensino Superior. Ao fazê-lo, já é uma contribuição para que essas línguas sejam estudadas, sejam ensinadas e transmitidas. Mas, essa tarefa não deve ser exclusiva do Estado, a sociedade civil deve rever-se nela. E, nisso, as universidades têm um papel importante, assim como, também, as organizações internacionais.

Em Moçambique, por exemplo, um dos elementos fortes para o desenvolvimento do Ensino Bilíngue são as organizações internacionais que abraçaram o Ensino Bilíngue, desde a introdução, e contribuíram para a produção de dicionários, de materiais de ensino, também produção de gramáticas nas línguas em que eles estão a trabalhar. Portanto, acho que é uma tarefa que não é só do Estado. O Estado faz a legislação, mas cabe, também, à sociedade civil agarrar às oportunidades e fazer ações que permitam o desenvolvimento e ensino dessas línguas.

Autor – No final da semana passada, 21 de fevereiro, celebramos o dia internacional da língua materna, que é uma jornada instituída pela UNESCO. E essa organização das Nações Unidas apela os Estados à necessidade de inserirem as línguas nacionais nos seus sistemas de ensino, no ciberespaço, no comércio, na cultura e em todos os sectores da vida da população. Acha que esse apelo é exequível?

Feliciano Chimbutane – Sim! Penso que é exequível, porque já existem ações nesse sentido. Claro que com alguma resistência, dentro daquele discurso que eu tinha no início. Portanto, o legado colonial considera ainda que essas línguas não se prestam para serem usadas para determinados campos; mas, penso que com essas políticas que estão a surgir, com campanhas em prol das línguas maternas, pouco a pouco essas línguas vão ganhando o espaço nesses contextos promovidos pela UNESCO. Por exemplo, em Moçambique, como eu disse, as línguas eram usadas apenas no meio familiar e no meio religioso. Nos meios de difusão massiva eram usadas apenas numa rádio, a rádio de Moçambique; era a única instituição, sob ponto de vista de divulgação de informação, que usava as línguas locais. Mas, hoje temos a própria televisão estatal que já introduziu as línguas moçambicanas na sua programação. Portanto, significa que, pouco a pouco, essas línguas já vão ganhando espaços em contextos em que antes nunca eram usadas. Já existe uma abertura política a nível nacional e internacional, através de organizações como a UNESCO.

Autor – Em algum dia, essas línguas poderão ser usadas como línguas de trabalho em organizações internacionais?

Feliciano Chimbutane – Penso que pode ser! Mas, por que não começarmos nós em África? Se nós começarmos em África e impusermo-nos, pode ser que consigamos. Há o swaili, por exemplo, já é uma das línguas de trabalho na União Africana. Significa que, progressivamente, podem ir inserindo-se outras línguas africanas de maior expressão na União Africana. Paulatinamente, é possível que possamos ter; mas, é preciso começar pelos níveis nacionais. Em Moçambique, por exemplo, as línguas locais não eram usadas, e nem havia disposição legal que permitisse o seu uso no parlamento e nas assembleias autárquicas. Mas, claro que hoje há disposição. Apesar de que ainda falte a própria implementação, mas, pelo menos, já há um dispositivo. Já é legal usar essas línguas nesses fóruns de discussão. Isso significa que se nós formos fazendo nos nossos países, podemos ter legitimidade para reivindicar que sejam usadas nas organizações internacionais. Entretanto, nunca pode ser o contrário.

Autor – A promoção dessa diversidade linguística é compatível com a unidade nacional, já que o português foi tido como língua da unidade nacional?

Feliciano Chimbutane – Mais uma vez, quando nós atingimos às nossas independências, em mil novecentos e sessenta para a libertação da África, para alguns países, e depois Moçambique e Angola nos anos setenta, a ideia era essa que era pragmático usar as línguas ex-coloniais, porque eram neutras, como línguas sociais; porque considerava-se que eram as línguas que podiam unir mais do que dividir. Mas, esse discurso já é do passado; pois, a partir dos anos noventa, sobretudo depois da queda do muro de Berlim, começa a ideia de que é possível a unidade na diversidade. Então, se esse discurso está a pegar, uma das coisas é aceitar a diversidade linguística. É por isso que hoje já temos essas línguas na educação, no parlamento, nas assembleias municipais, pelo menos ainda sob o ponto vista da legislação. Isso significa que já há um reconhecimento dessa diversidade. Portanto, se os discursos dos anos sessenta, setenta, até oitenta, defendiam a ideia de que a unidade era garantida apenas em torno a uma língua – uma nação, uma língua e um território –, hoje o discurso já é outro: é possível a unidade na diversidade.

Autor – Uma das obras do Doutor fala sobre a língua como recurso na sala de aula interacional. Como o Doutor aborda a questão da língua materna como recurso educativo e de ensino, da sua interação na sala de aula?

Feliciano chimbutane – Nós temos duas situações: uma é usando a língua como língua de ensino, e outra é usar a língua local, a língua da criança como auxiliar à aprendizagem, nos contextos em que o português é a língua de ensino. Então, nas duas situações, a criança que tem as línguas bantu como suas línguas maternas sente-se mais à vontade na sua comunicação com o professor; porque ele domina a língua, conhece a cultura em que se ensina essa língua. Assim, ele pode falar mais ou menos no mesmo nível que o seu professor. Logo, na sala de aula significa que tem maior liberdade; não só de comunicar, como também de aprender melhor a matéria, porque compreende a língua que é usada para a comunicação. Mas, também, nos casos em que o ensino é em português, a utilização da língua da criança é muito importante para auxiliar a compreensão do discurso do professor em português, como também para tornar o ambiente da sala de aula mais amigável. Porque, quando se usa apenas a língua portuguesa, em maior dos nossos contextos em que as crianças chegam à escola sem saber o mínimo da língua portuguesa, a criança sente-se constrangida. Por isso, usa-se a língua portuguesa como língua do ensino ou de disciplina, mas com a liberdade de fazer esclarecimentos, aceitar que a criança fale na sua língua materna para responder a determinados aspectos, e com o reforço do professor na língua alvo que é a língua portuguesa ou a língua inglesa. Deste modo, é um pouco de mudança, sob o ponto vista da didática da língua. Se, antes, o ensino de uma língua estrangeira ou língua segunda implicava a inibição da língua materna da criança, porque ela podia interferir na aprendizagem, agora trata-se de uma nova abordagem, uma mudança do paradigma em que a língua materna não é um entrave à aprendizagem de outra língua, mas um recurso. Essa abordagem é uma mudança do conceito de língua local como problema, para língua local como recurso.

Autor – Hoje, nos centros urbanos dificilmente encontramos uma grande homogeneidade linguística e cultural, de que as salas de aulas são um reflexo. Como é que nesses contextos, pode ser administrado um ensino em línguas maternas dos alunos?

Feliciano Chimbutane – Está a falar de Ensino Bilíngue? Esse é, também, outro argumento que é colocado para fazer recuo ao Ensino Bilíngue. A ideia de que nas cidades não funciona não é verdadeira. É importante saber que, nessas cidades, a oferta sob ponto de vistas das línguas locais tem que ser maior; diferente das zonas rurais onde a situação é mais homogênea. Nas zonas rurais, você se preocupa com uma ou duas línguas locais; mas, nas zonas urbanas, você deve abrir mais as ofertas; pois, as pessoas poderão optar par uma escola ou par uma turma onde se ensine na língua que fala. Assim sendo, a diversidade linguística

não é uma razão para não viabilizar o Ensino Bilíngue nas zonas urbanas. Em contrapartida, nessas zonas, mesmo com essa diversidade linguística, há uma língua que predomina – mesmo que não seja a língua da criança, mas por estar naquela zona urbana pode aprender na língua predominante da região. Geralmente, fala-se de língua materna ou da região. Isso significa que se você tem uma escola bilíngue que desenvolva uma determinada língua, da mesma forma como aprende aquela criança que tenha essa língua como língua materna, também deve aprender aquela outra que tem usado essa língua. É por isso que em outros países se fala de língua materna ou língua falada na região onde se pôs a escola. Assim sendo, a língua da escola não tem de ser necessariamente a língua materna da criança, mas a criança pode ter o domínio daquela língua porque ela está familiarizada com aquele lugar. Por isso, se fala de língua materna ou língua com a qual a criança esteja familiarizada.

Autor – Professor, Quanto à sua experiência, porque tomei conhecimento de que o Doutor foi consultor no Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre a experimentação do Ensino Bilíngue em Moçambique, ou seja, do PIBIMO, tendo aprendido e contribuído muita coisa. O que pode nos dizer acerca dos desafios que Moçambique enfrenta, a partir da fase da experimentação do Ensino Bilíngue, à atualidade?

Feliciano Chimbutane – Quando começou a fase piloto nos anos noventa, não havia nenhum especialista na área de Ensino Bilíngue, porque essa modalidade de ensino era nova. Poucas pessoas tinham sido educadas nas línguas locais, salvo algumas que tinham sido educadas nas missões religiosas, pelo que se pode concluir que não havia nenhum especialista. Era preciso formar, ou converter linguistas que, mesmo não tendo sido especificamente formados na Educação Bilíngue, poderiam contribuir. Eu fui, nessa fase inicial, contribuir, também, como linguista. Mas, com o desenvolvimento do Ensino Bilíngue, as pessoas começaram a formar-se especificamente para o Ensino Bilíngue. De tal ordem que se no início não tínhamos nenhum, hoje já temos um grupo bem considerável de pessoas que se formaram no Ensino Bilíngue. Tal como as línguas de que se dizia que não eram adequadas para que fossem usadas no ensino, não tínhamos especialistas e poderíamos dizer que não era possível introduzir o Ensino Bilíngue, porque não havia especialistas. Porém, nós introduzimos o Ensino Bilíngue, e hoje já temos especialistas no país. É a metáfora de ovo e a galinha, o que é que apareceu primeiro? Então tinha que ser com base no uso, com base na experiência.

E a experiência foi boa porque eu aprendi sobre o Ensino Bilíngue. Fui obrigado a estudar sobre o Ensino Bilíngue, participar dos seminários, fora e dentro do país, no centro de África do Sul, Cape Town ... com alguns angolanos... Então, nós fomos estudando e foi com base nesse estudo que fomos contribuindo para a implementação do Ensino Bilíngue.

Autor – Grato pela atenção!!!

ⁱ Linguista e professor catedrático da Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique.

Informações da entrevista / Interview Information

Recebido em: 12/11/2021

Aprovado em: 16/04/2022

Publicado em: 30/09/2022

Received on November 12th, 2021

Accepted on April 16th, 2021

Published on September, 30th, 2022

Contribuições na Entrevista: O autor foi o responsável por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author was responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: O autor declarou não haver nenhum conflito de interesse referente a esta entrevista.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação da Entrevista

Artigo avaliado por pares.

Interview Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

CAPES.

Funding

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 7	e13420	10.20873/uft.rbec.e13420	2022	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	--------------------------	------	-----------------



CAPES.

Como citar esta entrevista / How to cite this interview

APA

Gomes, S. F. (2022). Ensino bilíngue em Moçambique: entrevista com Professor Doutor Feliciano Chimbutane. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e13420. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13420>

ABNT

GOMES, S. F. Ensino bilíngue em Moçambique: entrevista com Professor Doutor Feliciano Chimbutane. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e13420, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13420>

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 7	e13420	10.20873/uft.rbec.e13420	2022	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	--------------------------	------	-----------------



Este conteúdo utiliza a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License
Open Access. This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY